

CONSIDERAÇÕES DE CUSTO E VALOR DA INFORMAÇÃO

NOTES ON COST AND VALUE OF INFORMATION

[Ademir Clemente](#), Doutor
Departamento de Contabilidade.
Universidade Federal do Paraná.
[Alceu Souza](#), Doutor
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Levantar e analisar as considerações de custo e valor mais relevantes com respeito à informação é o objetivo deste artigo. Os produtos de informação produzidos para o mercado apresentam custos de produção, mas o seu preço pode não ser explícito. Quando são produzidos pelo setor público, envolvem utilização de recursos da sociedade e se torna relevante avaliar benefício coletivo que proporcionam. Três sistemas de custeio: Absorção, Direto e ABC são examinados e avaliados quanto à adequação a organizações ou projetos de informação. Cada um desses sistemas apresenta vantagens e desvantagens. O virtual desconhecimento das estruturas de custos e a falta de estimativas confiáveis dificultam tanto a gestão de empresas de informação quanto a gestão de órgãos públicos encarregados de informar a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Custo da informação. Valor da informação. Sistemas de custeio.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos na área da informação superaram até mesmo as previsões consideradas pouco verossímeis e a sociedade atual é freqüentemente referida como a sociedade da informação e do conhecimento.

A informação como produto mercantil apresenta características especiais que tornam a sua análise econômica complexa e a gestão dos processos relacionados a sua produção e circulação um verdadeiro desafio.

A antiga questão relativa à primazia entre oferta e demanda, por exemplo, é bastante problemática em relação à informação: embora em alguns casos possa ser reconhecida demanda autônoma por informação, em geral a oferta estaria adiante da demanda, despertando o interesse e a necessidade.

Essa primazia da oferta em relação à demanda apresenta relação estreita com a questão do acesso à informação. Na medida em que o acesso pode ser restringido, legal ou ilegalmente, a informação realiza apenas parcialmente o seu potencial de redução de custos, de aumento de eficiência e de elevação do bem-estar na sociedade. Ainda mais grave, a falta de acesso poderia postergar indefinidamente a consciência da própria falta de acesso, constituindo um círculo vicioso.

Outra questão da maior relevância diz respeito à dimensão política e ética. A produção e a difusão da informação estão sujeitas a controles capazes de impor seletividade e ênfase no que diz respeito aos conteúdos, bem como segmentação e *timing* no que diz respeito aos destinatários de modo a atender ou a não atender interesses bem determinados.

O mercado de informação apresenta especificidades importantes:

- a) O vendedor vende, entrega e continua detendo o produto vendido;
- b) A cobrança explícita de um preço não é a única forma de obtenção de retorno;
- c) Trata-se de produto que perde valor ao longo do tempo;
- d) O comprador tem menos conhecimento do que o vendedor;
- e) O preço não tem aderência ao custo de produção e de transferência.

A primeira característica significa que o custo unitário é sempre decrescente com o volume de vendas: uma vez produzida certa informação, o custo unitário será tanto menor quanto maior for o número de vendas realizadas. Esse princípio aplica-se também à transferência de informação em todos os casos em que uma infraestrutura é disponibilizada para acesso de usuários.

A segunda característica representa uma importante particularidade da produção e do consumo de informação: embora seja difícil estabelecer com precisão, não há dúvida de que o segmento de informação gratuita é muito representativo, quem sabe o mais importante.

Quando a informação é oferecida por órgãos públicos, gratuitamente, para atender a interesse social, o arranjo mais comum é que os usuários arquem com o custo de acesso e a sociedade em geral, com os custos de produção e de disponibilização. Mas também são relativamente freqüentes situações em que órgãos públicos custeiam a circulação de informações consideradas socialmente relevantes.

Se as informações são oferecidas gratuitamente por organizações privadas, o retorno é buscado através da exigência de cadastro ou de outras informações do usuário, o que constitui escambo de informação, bem como através da veiculação de propagandas às quais o usuário precisa se submeter para obter a informação que deseja. No primeiro caso, o preço é representado pelas informações cedidas, enquanto no segundo, é representado pela aceitação de informações não desejadas.

A terceira característica refere-se ao envelhecimento a que está sujeita a informação. O tempo geralmente impõe pesada desvalorização aos produtos de informação estocados. Os estoques estão sujeitos a depreciação, que pode ser muito célere em alguns casos. Em outros

casos, a produção ou a transferência demasiadamente demorada pode reduzir drasticamente o valor da informação.

A quarta característica diz respeito à assimetria de conhecimento entre comprador e vendedor da informação, assimetria que significa possibilidade de ganhos extras ao vendedor, elevado nível de risco na decisão de compra, além da possibilidade de utilização ineficiente ou inadequada pelo comprador.

No presente contexto, uma característica de especial interesse é o desatrelamento dos preços aos custos de produção e de transferência da informação devido, basicamente, à inexistência de estruturas concorrenciais de mercado.

No mercado de informação, a lógica econômica tradicional de aumento de eficiência proporcionado redução de custos e preços mais baixos, com aumento da acessibilidade, deixa de ter aplicação geral.

Na análise econômica tradicional os produtos são classificados em finais e intermediários. Dessa forma, a informação seria produto final quando utilizada pelos indivíduos e pelas famílias para seu conforto, lazer ou segurança. Mas seria produto intermediário quando utilizada pelas empresas para melhorar seus resultados e para reduzir riscos.

O valor percebido da informação pode ser avaliado pelos desembolsos e pelo desconforto dos indivíduos e famílias para terem acesso à informação - mercado final - ou pelos custos que as empresas estão dispostas a enfrentar para poderem utilizar as informações nos seus negócios – mercado de insumos.

Do ponto de vista da sociedade, trata-se de determinar se os benefícios atuais e futuros da produção e da circulação da informação mais do que compensam o custo de oportunidade dos recursos alocados. Do ponto de vista das empresas, a melhoria de performance deveria ser comparada com os custos de aquisição da informação.

Este artigo trata de organizar os elementos mais importantes para responder à pergunta “Quanto custa” quando endereçada a atividades de produção e de transferência de informação.

Na seção seguinte, são apresentadas, de forma resumida, as características básicas dos sistemas de custeio mais referidos na literatura especializada. Na seqüência, são analisadas as vantagens e as desvantagens de adotar um sistema de custeio ou outro nas empresas de informação. Na parte final, os principais resultados são avaliados e colocados em perspectiva.

2 OS SISTEMAS DE CUSTEIO

Custo é definido como a expressão monetária dos recursos utilizados para a produção de certo produto. Os gestores, historicamente, têm buscado resposta à questão: Quanto está custando o produto gerado? Os sistemas de custeio procuram responder da melhor forma possível a essa pergunta. Em diferentes contextos, sob paradigmas diversos, as empresas utilizaram ao longo do tempo procedimentos diferentes para calcular os custos dos seus produtos.

Os sistemas de Custeio por Absorção, Custeio Direto e *Activity Based Costing* – ABC (Custeio Baseado em Atividades) surgiram no século passado e são os mais utilizados nos dias atuais.

O Custeio por Absorção surgiu no início do século passado e se conformava perfeitamente ao paradigma fordista-taylorista. O foco do Custeio por Absorção é o denominado chão-de-fábrica e, por isso, pode ser considerado como uma ferramenta eficaz para controle e redução dos custos de processo. De acordo com esse sistema de custeio, a empresa adquire certa matéria-prima e a transforma em produto através de um processo, ao longo do qual cargas de custos vão sendo somadas ao custo inicial da matéria-prima.

No Custeio por Absorção, os custos são classificados em diretos e indiretos. Se a empresa for monoprodutora, todos os custos indiretos serão adicionados e dividindo-se o custo total pela quantidade produzida em certo período poder-se-á calcular o custo unitário do produto. Mas se a empresa for multiprodutora, os custos indiretos de fabricação terão de ser rateados entre os produtos segundo algum critério. A busca do critério mais adequado pode ser problemática, especialmente quando se consideram, além dos custos indiretos, as despesas, cuja ligação com os produtos é mais remota. Pode haver argumentação mais ou menos convincente em torno de critérios como área ocupada, volume de materiais, horas de mão-de-obra direta e assim por diante.

A Figura 1, a seguir, ilustra o Sistema de Custeio por Absorção.

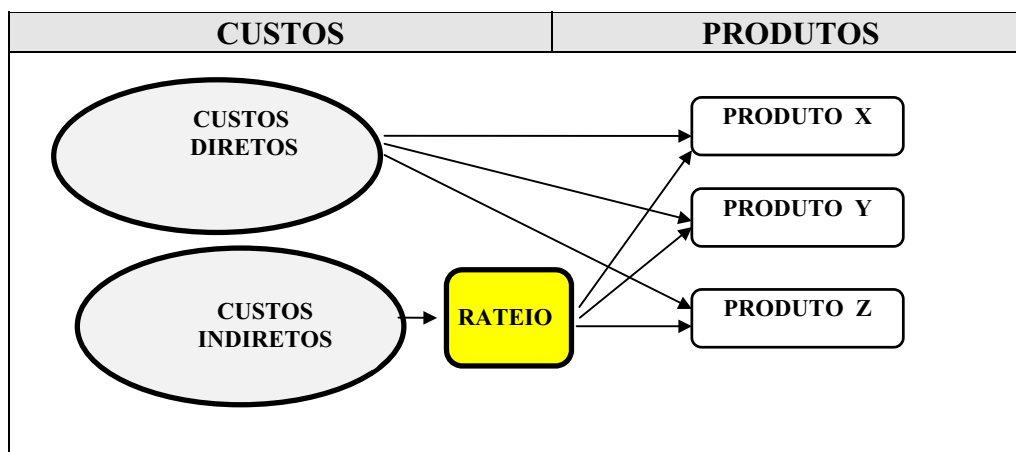


Figura 1: Custeio por Absorção

Os críticos do Custeio por Absorção destacam a sua miopia: não considera o que acontece antes ou depois do processo produtivo de que se ocupa a empresa. Dito de outra forma, não considera o mercado. Para o Custeio por Absorção, os preços de matérias-primas e materiais não são considerados variáveis e sobretudo o preço do produto também é considerado imutável.

Disso resultam duas implicações relevantes: a empresa poderia vender qualquer quantidade do seu produto ao preço dado e, em parte como decorrência disso, o seu ganho dependeria somente da eficiência alcançada no processo de produção. Isso está crescentemente em desacordo com o que se observa na economia oligopolizada em nível global.

O sistema de Custeio Direto surgiu após a grande crise mundial dos anos 30 e passou a ser largamente utilizado desde meados do século passado. Nos anos 30 ficou evidente que as empresas já não podiam contar com demanda certa para sua produção. Além disso, os custos indiretos e as despesas, consideradas residuais sob o Custeio por Absorção haviam crescido enormemente, mais do que proporcionalmente ao tamanho das organizações que se agigantavam.

O Custeio Direto, também denominado Custeio Variável, separa inicialmente os custos em diretos ou variáveis e fixos ou da estrutura. Os custos variáveis são os que apresentam proporcionalidade com a quantidade produzida em certo período e podem ser associados ao ritmo de funcionamento da empresa. Por exclusão, os custos fixos independem da quantidade produzida em certo período e podem ser associados à decisão de investir em certo ramo de negócio.

Como se observa na Figura 2, a seguir, sob Custeio Direto o custo de cada produto é apurado parcialmente, atribuindo-se maior importância à geração de excedentes sobre o custo direto de produção.

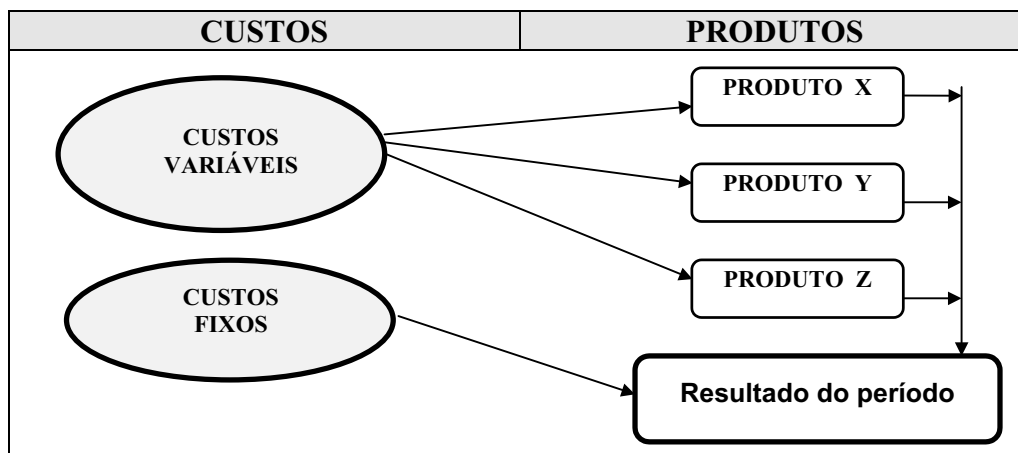


Figura 2 – Custeio Direto ou Variável

O Custeio Direto não tem como foco o processo produtivo como o Custeio por Absorção: tem como foco o ganho da empresa, medido como a diferença entre a Receita Total e o Custo Total apurados em certo período.

No Custeio Direto, procura-se quantificar o excedente de receita sobre o custo direto de cada unidade produzida, denominado margem de contribuição unitária ou simplesmente contribuição unitária. A contribuição unitária é o valor disponibilizado por unidade vendida para cobrir os custos da estrutura e gerar lucro. Sob esse sistema de custeio o preço de venda do produto é explicitamente considerado e a pergunta “quanto custa” é colocada em segundo plano, privilegiando-se a pergunta “Qual é o ganho”.

No Custeio Direto desaparece a necessidade de rateio dos custos fixos comuns e das despesas fixas de empresas multiprodutoras. Todos os excedentes de receita sobre custos variáveis de todos os produtos formam um fundo destinado a cobrir os custos da estrutura e a gerar ganho. (Se produtos apresentarem custos fixos específicos, estes devem ser deduzidos das margens de contribuição dos produtos respectivos).

Sob pressupostos de estabilidade dos custos diretos unitários e do preço de venda, o Custeio Direto dá origem à Análise Custo-Volume-Lucro, cujo resultado principal é o Ponto de Nivelamento, situação a partir da qual a empresa ou projeto se torna auto-sustentável e deixa de depender de aportes externos de recursos financeiros.

Se a empresa ou projeto operar em níveis inferiores ao Ponto de Nivelamento, sua receita não será suficiente para cobrir o custo total (a margem de contribuição não será suficiente para cobrir os custos e despesas da estrutura) e o resultado apurado será negativo.

Somente se a empresa ou projeto operar acima do Ponto de Nivelamento a receita total obtida será maior do que o custo total do período considerado (a margem de contribuição será maior do que os custos e despesas da estrutura) e o resultado líquido será positivo. O Ponto de Nivelamento é ilustrado na Figura 3, a seguir.

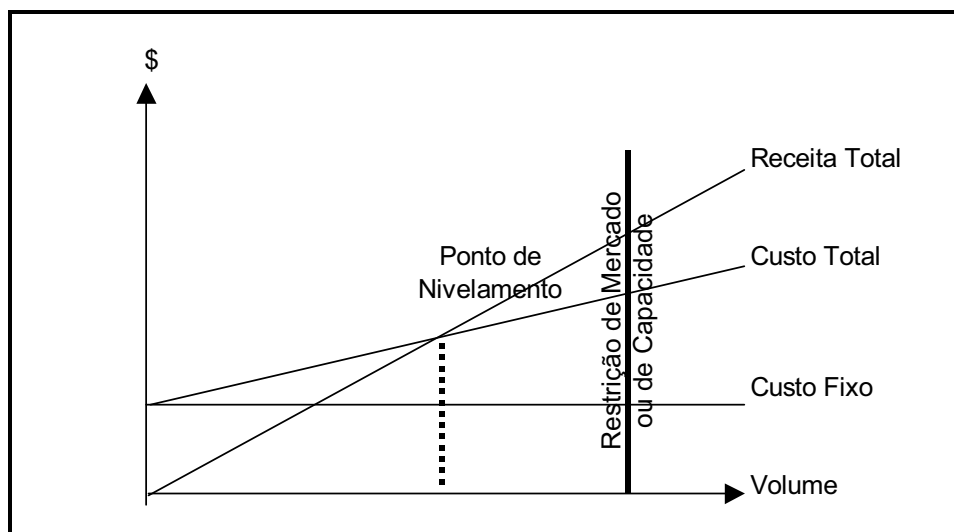


Figura 3 – Ponto de Equilíbrio ou Ponto de Nivelamento

O Ponto de Nivelamento constitui um indicador importante do risco operacional de certo negócio quando comparado com a capacidade de produção ou com a demanda máxima de mercado. Obviamente, quanto mais próximo destes limites estiver o Ponto de Nivelamento, maior será o risco operacional.

O sistema de Custeio Baseado em Atividades – ABC surgiu nos anos 80 e apresenta como principal inovação uma reviravolta no conceito de custo. Os sistemas anteriores entendiam custo como o resultado do uso de insumos para a produção de produtos, mas no ABC custo é a expressão monetária dos recursos utilizados para a realização de atividades.

O Sistema ABC é ilustrado na Figura 4, a seguir.

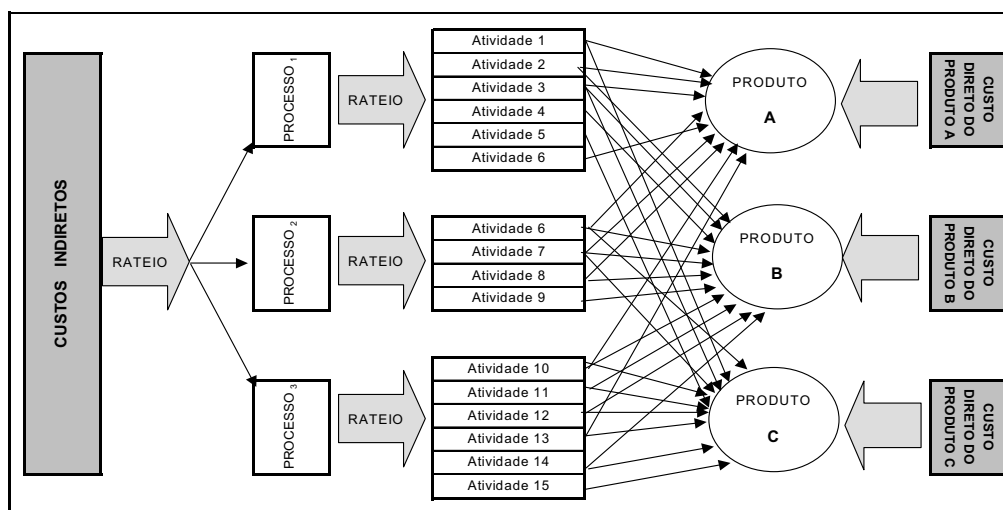


Figura 4- Esquema do Custeio ABC para 3 processos, 15 atividades e 3 produtos

Ao longo do último século, as organizações empresariais se agigantaram e se tornaram complexas e nos anos 80 as grandes corporações apresentavam amplo conjunto de custos e despesas, de elevado valor, muito remotamente ligados aos seus produtos. Esse cenário proporcionou uma nova percepção a respeito da natureza dos custos. A pergunta “Quanto custa” estaria erroneamente endereçada aos produtos pois deveria ser dirigida às atividades desenvolvidas pelas complexas corporações.

Tal como no Custeio por Absorção, o ABC também apropria todos os custos aos produtos. Mas não o faz diretamente. De acordo com o ABC, a empresa realiza atividades, as quais são agrupadas em funções, depois em processos, os quais dão origem aos produtos. A unidade de análise, atividade, deve ser considerada quanto ao volume de recursos que consome e o respectivo custo, bem como quanto à sua contribuição para o valor final dos produtos. A gestão baseada em atividades para otimizar resultados é denominada ABM (*Activity Based Management*).

O volume de informações requeridas e processadas no ABC somente é compatível com sistemas computacionais e redes, dada a grande necessidade de informações. Toma-se por base um dicionário de atividades da empresa, geralmente bastante amplo. Cada atividade é analisada e avaliada quanto aos recursos necessários para sua realização e o correspondente custo, bem como quanto à intensidade com que é requerida pelos produtos.

De modo geral, não há evidências claras de que o sistema ABC proporcione ganho apreciável de precisão à resposta à pergunta “Quanto custa” em comparação com o Custeio por Absorção. A vantagem incontestável do ABC é a exigência do mapeamento dos processos e sua decomposição em atividades. Isso proporciona ganho apreciável em termos de

disseminação do conhecimento dos processos. A ilusão de que é possível, via rateio, apurar com precisão o custo de cada atividade que compõe determinado processo pode constituir grande risco. A grande desvantagem do ABC é representada por sua complexidade.

3 CUSTO E VALOR DA INFORMAÇÃO

A informação, como ocorre com os demais produtos, deveria estar sujeita à avaliação de conformidade, podendo representar utilização de recursos cujo benefício social líquido é negativo ou positivo. Além disso, como ocorre com a produção em geral, a existência ou inexistência de oferta e as quantidades em que é ofertada podem não estar ajustadas à situação de maior benefício social possível. (Deixa-se de lado a questão moral e política do *mix* de informação produzido e disponibilizado, pois se situa fora do escopo deste artigo).

Quando a informação é analisada como estoque (RONEN e SPIEGLER, 1991) torna-se evidente que a eficiência na gestão de negócios é inversamente proporcional à duração do ciclo da informação. Esse princípio pode ser generalizado, admitindo-se que para a sociedade como um todo haverá benefício quando informação útil for disponibilizada mais rapidamente.

É absolutamente notável a redução de custo de estocagem de informação observada na era digital, mas isso não constitui por si mesmo um benefício: primeiro porque a seletividade passou a exigir esforço muito maior e, em segundo lugar, porque o encurtamento do ciclo da informação não poderia acompanhar o mesmo ritmo uma vez que depende de pessoas e de organizações complexas e não apenas de características técnicas dos equipamentos.

O esquema apresentado na Figura 5, a seguir, ilustra as relações entre Nível de Tecnologia Disponível (TD), Nível de Estoque de Informação (EI), Custo Unitário de Estocagem (CE) e Duração do Ciclo da Informação (CI).

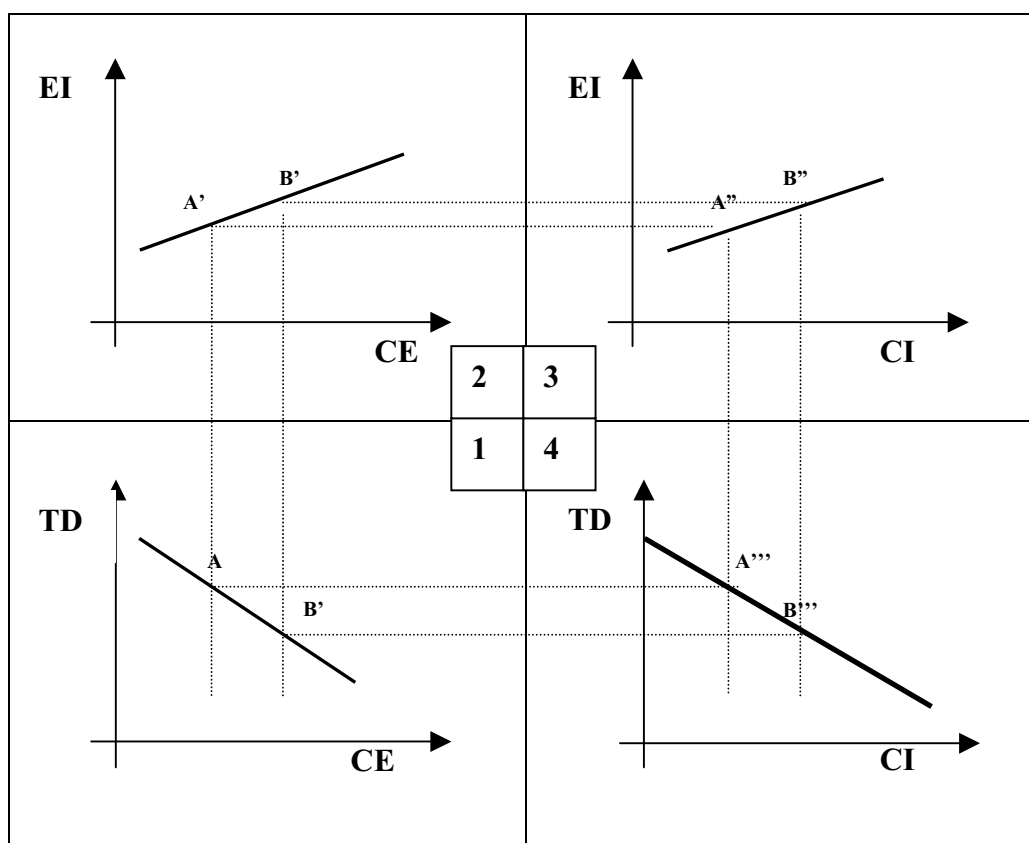


Figura 5 – Esquema de relações entre Custo Unitário de Estocagem e Duração do Ciclo da Informação.

No canto inferior esquerdo (quadrante 1), é representada a relação inversa entre Nível de Tecnologia Disponível e Custo Unitário de Estocagem, que se mostra vigorosa na era digital. O resultado dessa redução de custo é um aumento generalizado do Nível de Estoque de Informação à medida que o Custo Unitário de Estocagem se reduz, relação mostrada no canto superior esquerdo (quadrante 2). Elevação no nível de Nível de Estoque de Informação alonga a Duração do Ciclo de Informação, mesmo com Nível de Tecnologia Disponível mais elevado porque fatores organizacionais e humanos entram em cena, relação mostrada no canto superior direito (quadrante 3). Finalmente, no canto inferior direito (quadrante 4), tem-se a relação inversa resultante entre Nível de Tecnologia Disponível e Duração do Ciclo de Informação. Conclui-se que a redução do Custo de Estocagem de Informação e o conseqüente aumento do Nível do Estoque de Informação, alcançados com Nível de Tecnologia Disponível mais elevado, têm como conseqüência encurtamento menos do que proporcional da Duração do Ciclo da Informação.

As empresas que se ocupam da produção e da transferência de informação, como quaisquer outras, procuram determinar os custos dos seus serviços para orientar as suas decisões e para quantificar os seus ganhos. A gestão dessas empresas pode se tornar muito

complexa quando vários serviços de informação forem oferecidos e partilharem recursos comuns para sua produção.

Uma prática freqüentemente utilizada é o estabelecimento de uma unidade padrão de valor, como Hora Técnica ou Linhas de Código, que passa a servir de unidade de medida para as contas da empresa, especialmente para a atividade de orçamento. O valor da unidade padrão deve remunerar, em média, todos os recursos alocados, deve incorporar os impostos e a remuneração do capital da empresa.

A obtenção da estimativa da unidade padrão é realizada pela contabilização dos custos diretos médios, acrescida do rateio de todos os custos indiretos e despesas, inclusive impostos e depreciação. O rateio para formulação do orçamento terá de ser feito tomando-se projeções de vendas por tipo de produto, o que pode dar origem a um processo de tentativa e erro não necessariamente convergente. Isso se torna mais problemático se mais de uma unidade padrão for utilizada.

Outro inconveniente grave da prática da unidade padrão é que se supõe plena autonomia da empresa para fixar preço. Em uma situação de concorrência, ao perder clientes devido a preços mais baixos dos concorrentes, a empresa teria de alocar os custos fixos e as despesas a um volume menor de produção e seria levada a elevar o seu preço...

Esse inconveniente se aplica a todos os sistemas de estabelecimento de preço com base no Custeio por Absorção: sempre que houver redução da quantidade vendida, a carga resultante do rateio tornar-se-á maior e vice-versa. O Custeio por Absorção desconsidera a conjuntura do mercado e o comportamento da concorrência e pode sinalizar de forma equivocada a gestão de preço.

A prática de padrões de valores como a Hora Técnica, baseados no Custeio por Absorção, constitui uma tentativa de contornar a dificuldade representada pelo fato de se estar tratando de produto intangível. Esse sistema de custeio, como visto anteriormente, foi concebido para adicionar ao valor original de certa matéria-prima as cargas de custos que esta recebia ao longo do processo de transformação em produto final.

Se por um lado, o Custeio por Absorção, ao focar o processo de produção e se abstrair do mercado pode representar um modelo condizente com a situação em que operam muitas empresas do setor de informação, por outro, apresenta graves desvantagens relacionadas à natureza abstrata do produto, que repercutem como dificuldade para obtenção de uma contabilidade de custos minimamente precisa e confiável, com implicação clara sobre a formulação do orçamento de custos e receitas.

Uma outra possibilidade é a contabilidade de custos segundo o Custeio Direto. O apelo que esse sistema apresenta, por focar o ganho e assim levar em conta o mercado em que se insere a empresa, pode levar a encará-lo como a cura para todos os males. Quando se trata de informação, algumas considerações parecem relevantes.

Em princípio, o fato de sob Custeio Direto admitir-se custos fixos expressivos estaria de acordo com o perfil das empresas do setor de informação. A análise econômica e financeira endereçada à gestão dessas empresas deveria levar em conta a multiplicidade de produtos e a existência de custos fixos específicos, custos da estrutura cuja existência é vinculada à oferta de um produto ou de um grupo de produtos. Isso torna menos imediato o raciocínio envolvendo preço, custo variável unitário e margem de contribuição.

Uma dificuldade certamente mais grave refere-se ao fato de ser muito generalizada a prática de troca de informação, não havendo propriamente um preço para o produto oferecido. Isso coloca a gerência diante da necessidade de estimar o ganho unitário obtido, o que pode ser uma tarefa sujeita a premissas e estimativas discutíveis.

Do ponto de vista do Custeio Direto, mesmo que uma empresa atribua valor estratégico a certo projeto reconhecidamente deficitário na área de informação, seja projeto de âmbito interno ou não, ainda assim é absolutamente relevante saber a extensão em que os custos da estrutura permanecem descobertos e requerem cobertura com outros recursos. Isso tornaria indispensável a determinação do benefício imediato obtido por unidade produzida. Considerar nulo esse benefício significa atribuir valor estratégico suficientemente alto para justificar a cobertura tanto dos custos variáveis quanto dos custos da estrutura, mas nesse caso o Custeio por Absorção mostrar-se-ia mais adequado, ao focar a eficiência do processo de produção e disseminação da informação.

O Custeio Baseado em Atividade pode ser entendido como apresentando diferenciais importantes em relação ao Custeio por Absorção e que parecem relevantes quando se trata de serviços de informação. Ao focar atividades em vez de produtos, o ABC permite visualização mais detalhada dos processos de geração e de transferência de informação.

É relevante observar que o sistema ABC surge a partir da necessidade de gerenciar custos em organizações complexas, com extensa pauta de produtos, cujos custos fixos e despesas apresentam ligação remota com os produtos individualmente. Atividades são intangíveis como os produtos de informação, o que tornaria, em princípio o ABC mais adequado.

As empresas de informática adotam como um dos critérios de orçamento de custos o de Pontos por Função. De acordo com esse critério, às funções são atribuídos pontos

conforme sua complexidade e dificuldade de desenvolvimento. Isso se assemelha ao sistema ABC. No ABC se requer que em vez de atribuição subjetiva de pontos sejam identificadas todas as atividades necessárias à implementação de cada função, seja estimado o custo de cada atividade levando-se em conta os requisitos de recursos (horas de análise, horas de programação, horas de máquina etc.) e finalmente seja calculado o custo de cada função. A partir disso, o custo de cada produto ou projeto poderia ser estimado levando-se em conta o número requerido de funções de cada tipo.

A grande desvantagem destacada na literatura especializada em relação ao sistema ABC é a sua complexidade, especialmente no que se refere aos requisitos geração, estocagem e processamento de informação. Isso o torna virtualmente inaplicável à grande maioria das empresas pequenas e médias. A hipótese de que essa restrição seja menos severa no caso de empresas da área de informação, uma vez que em geral contariam com equipamentos e com capital humano mais adequados às exigências do sistema ABC, parece não se verificar.

Outra grande desvantagem é o uso excessivo de direcionadores de custos para ratear os custos indiretos do processo, que são comuns a várias atividades. Essa desvantagem enfraquece um dos propósitos centrais do ABC que é oferecer mais acurácia na informação obtida. A informação em nível de processo é mais confiável do que a informação em nível de atividade.

4 CONCLUSÃO

A pergunta “Quanto custa” está longe de receber resposta única e indiscutível seja qual for o setor de atividade.

Essa constatação parece mais inquietante quando se considera o setor de informação seja pela escassez de publicações especializadas seja pela natureza intangível dos produtos e das dificuldades naturais que decorrem disso.

Os sistemas de custeio disponíveis surgiram em diferentes contextos, sob paradigmas diversos, para atender necessidades de informação bem determinadas.

Não se deveria esperar visualização satisfatória da estrutura de custos e estimativas razoáveis e coerentes com a utilização do Custeio por Absorção no setor de informação.

A aplicação do Custeio Direto parece resultar muito restrita devido a esse sistema de custeio se concentrar no conceito de margem de contribuição, de difícil estimativa na grande maioria das empresas do setor de informação.

Quanto ao sistema ABC, se por um lado os requisitos tecnológicos e de capital humano envolvidos seriam mais condizentes com a natureza da atividade de informação, por outro cabe destacar que esse sistema se tem mostrado inadequado para quantificar com precisão os custos de produtos, além de ser totalmente incompatível com a realidade de pequenas e médias organizações.

Considerações específicas relativas às estimativas de custo de encurtamento do ciclo da informação podem ser relevantes em muitas situações. Para essa finalidade, a utilização de um sistema que se assemelhe ao ABC parece indispensável porque é necessário analisar a formação dos custos ao longo do processo.

Em síntese, os métodos de custeio tradicionais não conseguem responder à pergunta chave. Até quando a sociedade da informação e do conhecimento poderá prescindir de métodos confiáveis de mensuração de custos e de valor da informação?

Do ponto de vista da sociedade, cabe avaliar se as informações disponibilizadas e veiculadas constituem o *mix* mais vantajoso no sentido de que apresentaria a melhor relação benefício-custo possível. Quanto custa à sociedade informar-se? Que benefício obtém? Qual o custo de cestas alternativas de informação? Quais os seus benefícios?

As empresas precisam saber quanto custa o serviço de informação que oferecem para se orientarem no sentido de alcançar o maior ganho possível. A sociedade precisa saber os custos dos serviços de informação prestados por órgãos públicos para poder avaliar se são mais do que compensados pelos benefícios. Tanto em um caso como em outro há muito por fazer.

REFERÊNCIAS

BARRETO A.A. Anais do Simpósio Internacional – Impactos das Novas Tecnologias de Informação. Instituto de Estudos Avançados – USP. São Paulo, 23 e 24 set 1999. Disponível em: www.ime.usp.br/~cesar/simposio99/aldo.html. Acesso em: 02/07/04

BRANSCOMB A.W. The Economics of Information: Public and Private Domains of Information – defining the legal boundaries, 1994. Disponível em: www.asis.org/Bulletin/Dec-94/branscom.html. Acesso em: 04/07/04.

DOWBOR L. painel “Redefinindo Prosperidade e Progresso”, que abriu os trabalhos da Icons 2003 – Conferência Internacional sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, nesta segunda-feira (27/10/03), em Curitiba. Disponível em: www.consciencia.net/2003/11/08/weisseheimer.html. Acesso em: 05/07/04.

HUSSAIN M.; GUNASEKARAN A.; LAITINEN E.K. Management Accounting Systems in Finnish Service Firms. *Technovation*, 18(1), 1998. 57-67. Disponível em:

authors.elsevier.com/JournalDetail.html?PubID=422925&index=L&Precis=AIND. Acesso em: 05/07/04.

RADOS, Gregório J. Varvakis, VALERIM, Patrícia, BLATTMANN, Ursula. Valor agregado a serviços e produtos de informação. *Informativo CRB 14 / ACB*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 11-12, jan./mar. 1999. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~ursula/papers/valor.html>. Espelhada: <http://www.geocities.com/ublattmann/papers/valor.html>. Acesso em: 02/07/04.

RONEN B.; SPIEGLER I. Information as Inventory – a new conceptual view. *Information and Management*, 21 (1991), 239-47.

ABSTRACT

This article aims to identifying and analyzing the relevant issues with respect to information cost and value. The information products offered in the marketplace surely have costs even in the case a price is not explicitly charged. Information products offered by the public sector obviously require society resources for their production and thus it is relevant to assess the collective benefit they yield. Three costing systems are examined and evaluated with respect to their adequacy to information organizations and projects: Absorption, Direct Costing and ABC. Each of these systems presents advantages and disadvantages. Both the enterprises and the public organizations in duty of informing society mostly do not know their cost structure and lack of precise cost estimates. Such a situation means a serious difficulty to the management.

KEYWORDS: Cost of information. Value of information. Costing methods.

Originais recebidos em 02/08/2004